

**EDcl no AgRg nos EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE
SEGURANÇA Nº 6.864 - DF (2008/0176898-3)**

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
EMBARGANTE : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : JUCEMAR MARCON
INTERES. : JULIA VIVILI DE CASTRO TELHADO
INTERES. : LAHIRE FERNANDES LIMA FILHO
INTERES. : LAUDELINO MANERICK
INTERES. : LEONARDO ZEPLIN
INTERES. : LEONI SCHNEIDER
INTERES. : LEONTINO BUENO FRANCO
INTERES. : LUCIA CRIPA
INTERES. : LUCIA RODRIGUES PACHECO SILVA
INTERES. : LUCIANO ROSA
INTERES. : LUIZ NUNES
INTERES. : LUIZ SPRICIGO
INTERES. : MANOEL BASTOS LAUS
INTERES. : MANOEL DIAS
INTERES. : MARCIO DE ALENCAR MAYRINCK
INTERES. : MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA
INTERES. : MARIA ESTER MACHADO ALVES
INTERES. : MARIA SELVA OLINGER MEISSNER
INTERES. : MARIA T DA LUZ HENKEMAIER
INTERES. : MARILDE ZEN ROSAURO
INTERES. : MARINA VICENTE FREIRE DA ROCHA
INTERES. : MÁRIO JOSÉ SEVERINO
INTERES. : MÁRIO RALPH CORREA
INTERES. : MATHILDE KOESTER
INTERES. : MAURO LAURINDO PINHEIRO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LITISPENDÊNCIA. OMISSÃO. OCORRÊNCIA, EM PARTE. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do Código de Processo Civil, não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição, omissão ou à existência de erro material no julgado.

2. No caso em exame, o julgado embargado concluiu pela ocorrência da litispendência em relação aos MS 4.000/DF e MS 4.151/DF, bem como

aos feitos que tramitam na Justiça Federal, devendo, portanto, ser julgada extinta a demanda.

3. Hipótese em que se verifica a ocorrência de omissão, uma vez que, em pesquisa realizada ao sítio eletrônico desta Corte, não se observa efetivamente a participação dos associados Leontino Bueno, Luiz Nunes e Mário Ralph Correa nas execuções da Pet 1617 e dos ExeMS 4000, razão pela qual, afastada a litispendência, deve a execução prosseguir também em relação a eles.

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator